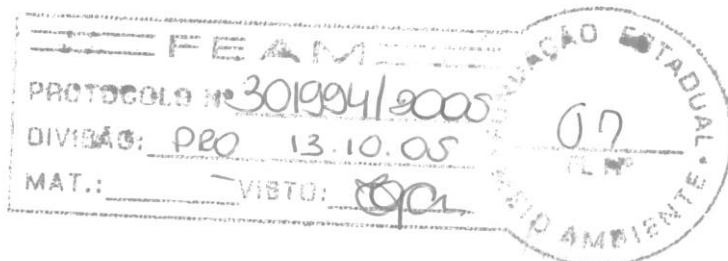


feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE



Processo nº: 1776/2001/002/2004

Assunto: Auto de Infração nº 1572/2004, lavrado contra Posto São José Ltda.

PARECER JURÍDICO

I) RELATÓRIO

1 - A empresa Posto São José Ltda., foi autuada como incurso no item 2 do § 2º, do artigo 19, do Decreto nº 39.424/98, alterado pelo Decreto nº 43.127/02, pela seguinte irregularidade: "Descumprir determinações contidas na Deliberação Normativa COPAM 050/2001, no Art. 3º, § 2º itens II, V."

2 - O processo administrativo encontra-se devidamente formalizado, **não tendo a empresa apresentado qualquer espécie de defesa**, apesar de regularmente notificada da autuação supra, de acordo com o AR de fls. 05.

3 - A Deliberação Normativa nº 30, de 29 de setembro de 1998, estabelece em seu artigo 36, Parágrafo Único, que:

"O processo administrativo decorrente de Auto de Infração, no qual o autuado, embora tomando conhecimento do mesmo não tenha apresentado defesa, será julgado de plano, sem necessidade de parecer técnico ou jurídico e, posteriormente, deverá ser notificado da decisão".

4 - Logo, operou-se a preclusão administrativa da impugnabilidade do ato – na fase de Defesa, face à ausência de *litis contestatio*.

5 - Ressaltamos que, conforme informação do NUCOM, o empreendedor comprovou em parte a adequação à legislação, cujo prazo venceu em 30/11/2004. (fls. 06, verso).

II) CONCLUSÃO

Diante da ausência de argumentos jurídicos capazes de descaracterizar as infrações cometidas, remetemos os autos ao Presidente da FEAM, sugerindo a aplicação de **01 (uma) penalidade de advertência**, para que a empresa possa sanar o restante das irregularidades constatadas, corrigindo sua situação ambiental, no prazo de até 90 (noventa) dias, conforme disposto na Deliberação Normativa COPAM nº 61/02, prazo este a ser fixado pela autoridade julgadora, sob pena de conversão da penalidade de advertência em penalidade de multa, no valor de **R\$ 3.193,36**, nos termos do artigo 1º, inciso II, alínea "a" (infração grave, empreendimento de pequeno porte), c/c com o artigo 2º, § 1º, inciso I, da Deliberação Normativa COPAM nº 27/98, alterada pela Deliberação Normativa COPAM nº 64/03.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 04 de outubro de 2005.


Denise Bernardes Couto
Consultora Jurídica
OAB/MG nº 87.973